

ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO-RJ

João Emilio de Oliveira Filho, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA sob o N° 45, portador do CPF N° 359.957.857-53, com sede na Estrada dos Bandeirantes, nº10639 - Camorim, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22783-116, vem, com fulcro no artigo Art.165, inciso I, alínea "c" da Lei nº14.133/2021, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão que habilitou o licitante Pedro José de Almeida Neto, referente ao pregão eletrônico nº075/2024, pelas razões que passa expor a seguir.

1. DA TEMPESTIVIDADE:

A decisão atacada foi publicada no portal em que ocorreu o certame no dia 02/12/2024. Conforme disposto no art.165, inciso I, o prazo para interposição de recurso administrativo será de 3 dias úteis, a contar da data da intimação ou de lavratura da ata, portanto, a presente é tempestiva.

2. BREVE SÍNTESE DOS FATOS:

Foi publicado edital de licitação na modalidade pregão eletrônico, para a contratação de leiloeiro público oficial.

No dia e hora marcados, fora aberta sessão de pregão eletrônico em que participaram 9 licitantes com suas propostas iniciais, com o mesmo percentual de comissão, o que gerou empate. Conforme previsto no edital, foi realizado sorteio automático do sistema, entre os vencedores.

O licitante sorteado foi convocado para enviar sua documentação de habilitação, pelo que fez dentro do prazo, porém, entregou certidões positivas, fora da validade e deixou de entregar outras, deixando de atender ao edital, pelo que restará demonstrado a seguir.

3. DOS FUNDAMENTOS**3.1 DO DESATENDIMENTO AO SUBITEM 9.3.6 DO EDITAL**

O licitante ora vencedor, deixou de atender ao subitem 9.36 do edital, que exige a entrega dos seguintes documentos:

9.3.1 *"Prova de **regularidade para com a Fazenda Municipal (sede e domicílio da Licitante)**, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;"*

Foi apresentado pelo licitante, a certidão de ISS **positiva** por apresentar um débito já em dívida ativa. Por sua vez, a certidão de Dívida Ativa municipal apresentada, continha o título de "positiva com efeito de negativa", porém, se encontrava fora da validade, pelo que foi aberto prazo através do pregoeiro, para que fosse sanado.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Emilio De Oliveira Filho.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código F006-1BC7-7127-BD9F.

Ocorre, que em atendimento da diligência, o licitante entregou apenas a certidão de Dívida ativa municipal, atualizada e válida, deixando de entregar a certidão de ISS também atualizada, apontando estar “negativa” ou “positiva com efeito de negativa”.

3.2 DO DESATENDIMENTO AO SUBITEM 9.3.7

O licitante deixou de atender ao subitem 9.3.7 do edital, o qual exigia a entrega da certidão de insolvência cível para comprovar a sua qualificação econômico-financeira.

A lei geral de licitações prevê que na fase de habilitação da licitação na modalidade pregão, será feita a análise da capacidade econômico-financeira do licitante, afim de que seja comprovada a sua aptidão financeira para cumprir o contrato, senão vejamos:

“Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.”

De sabença geral, o leiloeiro é pessoa física que opcionalmente pode requerer sua inscrição como empresário individual, que da mesma maneira, segue equiparado a pessoa física, portanto, a capacidade econômico-financeira fica frustrada para comprovação na forma da lei, sendo exigido desta forma, a **certidão de insolvência civil**, apta a demonstrar se o licitante pessoa física está solvente.

Esta certidão no estado do Rio de Janeiro é comprovada mediante a certidão de distribuidores cíveis emitida pelo cartório 2º Ofício do Registro de Distribuição, bem como pelas certidões de Interdições e Tutelas, emitidas pelo cartório 1º RCPN e 2º Ofício do Registro de Interdições e Tutelas, ocorre que o licitante não entregou nenhuma destas certidões, entregou apenas uma certidão judicial civil, a nível federal, emitida pelo TRF2, o que não atende em completo o subitem do edital.

Segue demonstração das certidões em comento:



Nº do Pedido:
24092412684182

CERP:
df8e27b9-043e-47e8-8f06-5e98
2197ed02



Para a validação deste documento
através do QR Code deverá ser
utilizado somente o aplicativo
validador e-cartorioj, disponível na
apple store ou Google Play

CERTIDÃO INTERDIÇÃO E TUTELA

CERTIDÃO NEGATIVA

JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II, Titular do 1º RCPN da Cidade do Rio de Janeiro, com atribuição de interdições e tutelas. CERTIFICA que revendo os livros competentes da capacidade jurídica, dos mesmos **NADA CONSTA** com referência às interdições previstas nos artigos 1.767 e 1.779 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; CERTIFICA ainda que **NADA CONSTA** com referência à tomada de decisão apoiada (art. 1.783- A, do Código Civil); CERTIFICA ainda que **NADA CONSTA** com referência à Ausência, artigo 22 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; CERTIFICA mais que **NADA CONSTA** com referência às Interdições Comerciais (Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 - Lei de Falências, atual lei nº 11.101, de 09 de Fevereiro de 2005, até a presente data); CERTIFICA também que **NADA CONSTA** com referência às interdições de direito (Artigo 92 - incisos I, II e III) conforme dispõe o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal), desde 20 anos retro, até a presente data; CERTIFICA mais que **NADA CONSTA** com referência à Insolvência Civil, (Artigos 748 e seguintes da Lei 5.869, de 11 de Janeiro de 1973 - Código de Processo Civil Brasileiro, até a presente data); CERTIFICA finalmente que **NADA CONSTA** com referência à Indisponibilidade de Bens nos termos de que dispõe a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974 que trata da Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministério da Fazenda, até a presente data contra o nome **João Emílio de Oliveira Filho, CPF/CNPJ 359.957.857-53**, filho(a) de João Emílio de Oliveira e Zoraida Moraes de Oliveira. O referido é verdade e dou fé. Cidade de Rio de Janeiro, aos vinte e cinco (25) dias do mês de setembro (9) de dois mil e vinte e quatro (2024). Emolumentos: Tab.21 Item II + FUNARPEN 6% + FETJ 20% + FUNDPERJ 5% + FUNPERJ 5% + RESSAG + ISS - TOTAL R\$ = 185,08. Eu, Elenice Araújo da Silva - Mat. 94-1741, assino.

Finalidade: _____

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2º OFÍCIO DO REGISTRO DE INTERDIÇÕES E TUTELAS
OFICIAL: MARIA DA GLÓRIA MARTINS DE CARVALHO
SUBSTITUTOS: ROBSON CARVALHO FILGUEIRAS
EUGÊNIO BUZHAR GERAISATI
MARCUS FERNANDO M. A. BRANDÃO
JANE BARROS DA SILVA LISBOA

Rua da Assembléia, 19 - 9º andar - Centro - Tel.: 2533-1424 - CEP:20011-001

CERTIDÃO

M.^a. DA GLORIA MARTINS DE CARVALHO, Oficial do Segundo Ofício do Registro de Interdições e Tutelas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

CERTIFICA que revendo os livros competentes da capacidade jurídica sob a guarda deste serviço, desde a instalação do mesmo em vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, NADA CONSTA na presente data, com referência as interdições previstas nos artigos 1.767 e 1.779 do Código Civil Brasileiro; CERTIFICA, ainda, que revendo os mesmos livros sob a guarda deste serviço, desde a instalação do mesmo, NADA CONSTA na presente data, com referência a Ausência, artigo 22 do Código Civil Brasileiro; CERTIFICA mais que, revendo os mesmos livros, NADA CONSTA em nossos arquivos, na presente data, em relação aos registros de Tomada de Decisão Apoiada (artigo 1.783-A do Código Civil Brasileiro); CERTIFICA, mais, que NADA CONSTA na presente data, com referência as Interdições Comerciais (Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 e a atual Lei nº 11.101/2005 - artigo nº 99 - 09 de fevereiro de 2005); CERTIFICA também, que observados os últimos 20 anos, NADA CONSTA na presente data, com referência as Interdições de Direito (artigo 92 - incisos I, II, III do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro); CERTIFICA, outrossim, que NADA CONSTA na presente data, com referência a Insolvência Civil (artigos 748 e seguintes da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973 c/c Artigo 1.052 da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil Brasileiro); CERTIFICA, finalmente, que em nossos arquivos iniciados em 13 de março de 1974 NADA CONSTA na presente data, com relação a Indisponibilidade de Bens, arrestos, sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, CONTRA O NOME: **JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO-CPF: 359.957.857-53 - FILIAÇÃO: JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA E ZORAIDA MORAES DE OLIVEIRA**. O referido é verdade e dou fé. Cidade do Rio de Janeiro, vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e quatro. TAB_6_2= R\$127,31= EMOL.: R\$127,31 + SELO:R\$2,59 (LEI Nº9.873/22) + FETJ: R\$25,46 (LEI Nº 3.217/99) + FUNDPERJ: R\$6,36 (LEI Nº 4.664/2005) + FUNPERJ: R\$6,36 (LEI Nº 111/2006) + FUNARPERJ: R\$7,63 (LEI Nº 10.234/2023) + TAB_6_2(ATOS GRATUITOS E PMCMV 2%)=R\$2,54 + ISS (PROVIMENTO 12/2016):R\$6,83= TOTAL = R\$185,08. Eu JANE BARROS DA SILVA LISBOA, Substituta Legal - Cadastro:94-23562 assino pelo Oficial.

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA, RASURA OU IMPRESSÃO, INCLUSIVE NO VERSO, PODERÁ SER CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE AUTENTICAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

PREVISTA CONTRA O CÂNCER

ILUSTRA PROCEDIDA POR IGOR GOMES HENRIQUES

2

2

3.4 DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LICITAÇÃO

O artigo 5º da nova lei de licitações e contratos, prevê que em sua aplicação, serão seguidos, dentre os citados princípios, os que se aplicam ao caso: legalidade, impessoalidade, igualdade e da vinculação ao edital.

O princípio da vinculação ao edital faz com que a licitação seja guiada pelo o que o edital prevê, fazendo assim, entre as partes.

Vejamos o que lecionam os Ilustres doutrinadores Hely Lopes Meirelles e Marçal Justen Filho:

(MEIRELLES, 2010, p. 285) Hely Lopes

“A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41). Assim, estabelecidas as regras do certame, tornam-se inalteráveis para aquela licitação, durante todo o procedimento.”

“(JUSTEN FILHO, 2014, p. 86) Marçal (comentários à lei)

Como se observa, a legalidade e a vinculação ao ato convocatório são manifestações jurídicas de princípios inter-relacionados. A validade dos atos administrativos praticados no curso da licitação depende de sua compatibilidade não apenas com a Lei, mas também com os atos administrativos praticados nas etapas anteriores.”

4. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- 4.1 a revogação do ato que habilitou o licitante ora vencedor, para ao final, inabilitá-lo por ter deixado de cumprir o edital, nos subitens 9.3.6 e 9.3.7;
- 4.2 seja retomado o certame para realização de novo sorteio entre as propostas aceitas e o seu devido prosseguimento.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2024

JOÃO EMILIO DE O. FILHO
LEILOEIRO PÚBLICO
MATRÍCULA JUCERJA Nº45

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/F006-1BC7-7127-BD9F> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F006-1BC7-7127-BD9F



Hash do Documento

3B100929408745F10C7010EDADF832F290AAC3A1157EB525890BBA9384FB0133

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/12/2024 é(são) :

☒ Joao Emilio De Oliveira Filho (Signatário) - 359.957.857-53 em
05/12/2024 16:42 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

